

Tema	Ramo do Direito	Situação do Tema	Título	Tese	Leading Case	Data da RG	Data da Tese	Data do Acórdão	Trânsito em Julgado
56	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Trânsito em Julgado	Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em que se questiona acordo firmado entre o contribuinte e o Poder Público para pagamento de dívida tributária.	O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular Termo de Acordo de Regime Especial — TARE firmado entre o Poder Público e contribuinte, em face da legitimação ad causam que o texto constitucional lhe confere para defender o erário.	RE 576155	04/04/2008	12/08/2010	30/05/2014	01/07/2013
82	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Trânsito em Julgado	Possibilidade de execução de título judicial, decorrente de ação ordinária coletiva ajuizada por entidade associativa, por aqueles que não conferiram autorização individual à associação, não obstante haja previsão genérica de representação dos associados em cláusula do estatuto.	I – A previsão estatutária genérica não é suficiente para legitimar a atuação, em Juízo, de associações na defesa de direitos dos filiados, sendo indispensável autorização expressa, ainda que deliberada em assembleia, nos termos do artigo 5º, inciso XXI, da Constituição Federal; II – As balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, são definidas pela representação no processo de conhecimento, limitada a execução aos associados apontados na inicial.	RE 573232	17/05/2008	14/05/2014	19/09/2014	28/10/2014
262	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Trânsito em Julgado	Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças.	O Ministério Público é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise o fornecimento de remédios a portadores de certa doença.	RE 605533	02/04/2010	15/08/2018	12/02/2020	05/02/2021
471	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Trânsito em Julgado	Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em defesa de interesses de beneficiários do DPVAT.	Com fundamento no art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público está legitimado a promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo de natureza disponível, quando a lesão a tais direitos, visualizada em seu conjunto, em forma coletiva e impessoal, transcender a esfera de interesses puramente particulares, passando a comprometer relevantes interesses sociais.	RE 631111	09/09/2011	07/08/2014	30/10/2014	26/11/2014
499	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Trânsito em Julgado	Limites subjetivos da coisa julgada referente à ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil.	A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento.	RE 612043	18/11/2011	10/05/2017	06/10/2017	14/08/2018
561	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Trânsito em Julgado	Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ação civil pública que visa a anular ato administrativo com fundamento na defesa do patrimônio público.	O Ministério Público é parte legítima para o ajuizamento de ação coletiva que visa anular ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.	RE 409356	04/08/2012	25/10/2018	29/07/2020	11/08/2020
607	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Trânsito em Julgado	Legitimidade da Defensoria Pública para propor ação civil pública em defesa de interesses difusos.	A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos ou coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.	RE 733433	15/02/2013	04/11/2015	07/04/2016	02/07/2016
645	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Trânsito em Julgado	Legitimidade processual ativa do Ministério Público para deduzir, em ação civil pública, pretensão de natureza tributária em defesa dos contribuintes.	O Ministério Público não possui legitimidade ativa ad causam para, em ação civil pública, deduzir em juízo pretensão de natureza tributária em defesa dos contribuintes, que vise questionar a constitucionalidade/legalidade de tributo.	ARE 694294	26/04/2013	26/04/2013	17/05/2013	26/11/2014
733	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Trânsito em Julgado	Eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma supervenientemente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado.	A decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das decisões anteriores que tenham adotado entendimento diferente. Para que tal ocorra, será indispensável a interposição de recurso próprio ou, se for o caso, a propositura de ação rescisória própria, nos termos do art. 485 do CPC, observado o respectivo prazo decadencial (CPC, art. 495).	RE 730462	30/05/2014	28/05/2015	09/09/2015	15/09/2015
841	DIREITO DO TRABALHO	Trânsito em Julgado	Constitucionalidade do art. 114, § 2º, da Constituição Federal, alterado pela EC 45/2004, que prevê a necessidade de comum acordo entre as partes como requisito para o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica.	É constitucional a exigência de comum acordo entre as partes para ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica, conforme o artigo 114, § 2º, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004.	RE 1002295	31/01/2017	22/09/2020	13/10/2020	21/10/2020
850	DIREITO ADMINISTRATIVO	Trânsito em Julgado	Legitimidade do Ministério Público para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos relacionados ao FGTS, tendo em vista a vedação contida no art. 1º, parágrafo único, da Lei 7.347/1985.	O Ministério Público tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao FGTS.	RE 643978	18/09/2015	09/10/2019	25/10/2019	06/11/2019
858	DIREITO ADMINISTRATIVO	Acórdão de mérito publicado	Aptidão, ou não, da ação civil pública para afastar a coisa julgada, em particular quando já transcorrido o biênio para o ajuizamento da rescisória.	I - O trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em sede de ação desapropriatória não obsta a propositura de Ação Civil Pública em defesa do patrimônio público, para discutir a dominialidade do bem expropriado, ainda que já se tenha expirado o prazo para a Ação Rescisória; II - Em sede de Ação de Desapropriação, os honorários sucumbenciais só serão devidos caso haja devido pagamento da indenização aos expropriados.	RE 1010819	15/12/2016	26/05/2021	04/12/2023	
873	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Trânsito em Julgado	Compatibilidade da execução individual de sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva com o art. 100, § 8º, da Constituição Federal.	Não viola o art. 100, § 8º, da Constituição Federal a execução individual de sentença condenatória genérica proferida contra a Fazenda Pública em ação coletiva visando à tutela de direitos individuais homogêneos.	ARE 925754	18/12/2015	18/12/2015	03/02/2016	16/02/2016
1004	DIREITO DO TRABALHO	Trânsito em Julgado	Discussão relativa à existência de litisconsórcio passivo necessário de sindicato representante de empregados diretamente afetados por acordo celebrado em ação civil pública entre empresa de economia mista e Ministério Público do Trabalho.	Em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho em face de empresa estatal, com o propósito de invalidar a contratação irregular de pessoal, não é cabível o ingresso, no polo passivo da causa, de todos os empregados atingidos, mas é indispensável sua representação pelo sindicato da categoria.	RE 629647	04/08/2018	03/11/2022	09/01/2023	15/04/2023
1043	DIREITO ADMINISTRATIVO	Trânsito em Julgado	A utilização da colaboração premiada no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público em face do princípio da legalidade (CF, art. 5º, II), da imprescritibilidade do ressarcimento ao erário (CF, art. 37, §§ 4º e 5º) e da legitimidade concorrente para a propositura da ação (CF, art. 129, § 1º).	É constitucional a utilização da colaboração premiada, nos termos da Lei 12.850/2013, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público, observando-se as seguintes diretrizes: (1) Realizado o acordo de colaboração premiada, serão remetidos ao juiz, para análise, o respectivo termo, as declarações do colaborador e cópia da investigação, devendo o juiz ouvir sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, oportunidade em que analisará os seguintes aspectos na homologação: regularidade, legalidade e voluntariedade da manifestação de vontade, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 4º da referida Lei 12.850/2013; (2) As declarações do agente colaborador, desacompanhadas de outros elementos de prova, são insuficientes para o início da ação civil por ato de improbidade; (3) A obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização; (4) O acordo de colaboração deve ser celebrado pelo Ministério Público, com a intervenção da pessoa jurídica interessada e devidamente homologado pela autoridade judicial; (5) Os acordos já firmados somente pelo Ministério Público ficam preservados até a data deste julgamento, desde que haja previsão de total ressarcimento do dano, tenham sido devidamente homologados em Juízo e regularmente cumpridos pelo beneficiado.	ARE 1175650	26/04/2019	03/07/2023	09/10/2023	17/10/2023
1075	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Trânsito em Julgado	Constitucionalidade do art. 16 da Lei 7.347/1985, segundo o qual a sentença na ação civil pública fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator.	I - É inconstitucional a redação do art. 16 da Lei 7.347/1985, alterada pela Lei 9.494/1997, sendo ripristinada sua redação original. II - Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve observar o art. 93, II, da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). III - Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional e fixada a competência nos termos do item II, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas.	RE 1101937	14/02/2020	08/04/2021	14/06/2021	01/09/2021
1119	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Trânsito em Julgado	Necessidade de juntada da autorização expressa dos associados, da relação nominal, bem como da comprovação de filiação prévia, para a cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil	É desnecessária a autorização expressa dos associados, a relação nominal destes, bem como a comprovação de filiação prévia, para a cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil.	ARE 1293130	18/12/2020	18/12/2020	08/01/2021	10/03/2022

Tema	Ramo do Direito	Situação do Tema	Título	Tese	Leading Case	Data da RG	Data da Tese	Data do Acórdão	Trânsito em Julgado
1142	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Acórdão de mérito publicado	Possibilidade de fracionamento da execução de honorários advocatícios sucumbenciais fixados em ação coletiva contra a Fazenda Pública, proporcionalmente às execuções individuais de cada beneficiário substituído.	Os honorários advocatícios constituem crédito único e indivisível, de modo que o fracionamento da execução de honorários advocatícios sucumbenciais fixados em ação coletiva contra a Fazenda Pública, proporcionalmente às execuções individuais de cada beneficiário, viola o § 8º do artigo 100 da Constituição Federal.	RE 1309081	07/05/2021	07/05/2021	16/12/2022	
1270	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Acórdão de Repercussão Geral publicado	Legitimidade do Ministério Público para promover a liquidação coletiva de sentença proferida em ação civil pública sobre direitos individuais homogêneos disponíveis, visando a reparação de danos individualmente sofridos pelas vítimas ou seus sucessores.		RE 1449302	18/09/2023			
1317	DIREITO ADMINISTRATIVO	Trânsito em Julgado	Fracionamento de precatório decorrente de créditos individuais e divisíveis resultante de execução de título judicial coletivo promovida por substituto processual.	A execução de créditos individuais e divisíveis decorrentes de título judicial coletivo, promovida por substituto processual, não caracteriza o fracionamento de precatório vedado pelo § 8º do art. 100 da Constituição.	ARE 1491569	24/08/2024	24/08/2024	27/08/2024	11/09/2024
1355	DIREITO TRIBUTÁRIO	Acórdão de Repercussão Geral publicado	Legitimidade extraordinária de Federação Sindical para o ajuizamento de ação coletiva.		ARE 1520376	22/11/2024			

atualizada em: 21/01/2025